

A FUNÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE LINGUAGEM, INCLUSÃO E RESPONSABILIDADE COMUNICATIVA

THE ROLE OF THE LIBRAS INTERPRETER IN EDUCATION: A REFLECTION ON LANGUAGE, INCLUSION, AND COMMUNICATIVE RESPONSIBILITY

LA FUNCIÓN DEL INTÉRPRETE DE LIBRAS EN LA EDUCACIÓN: UNA REFLEXIÓN SOBRE EL LENGUAJE, LA INCLUSIÓN Y LA RESPONSABILIDAD COMUNICATIVA

Jéssica Marques Ziata Pestana¹

RESUMO: A educação inclusiva constitui um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sustentada nos direitos humanos e na valorização da diversidade. Nesse contexto, a atuação do intérprete de Libras emerge como elemento central para a efetivação da inclusão de estudantes surdos, permitindo o acesso equitativo à informação e ao conhecimento. Este artigo tem por objetivo analisar a função do intérprete de Libras na educação, destacando os desafios enfrentados em sua prática, a importância do domínio linguístico em ambas as línguas — Libras e Português — e o compromisso ético que permeia a mediação comunicativa. A partir de uma reflexão teórica e histórica, discute-se o papel deste profissional não apenas como tradutor, mas como agente de inclusão e transformação social.

2593

Palavras-chave: Educação inclusiva. Intérprete de Libras. Surdez. Acessibilidade. Linguagem.

ABSTRACT: Inclusive education constitutes a fundamental principle for building a fairer and more equitable society, grounded in human rights and the appreciation of diversity. In this context, the work of the Libras interpreter emerges as a central element for ensuring the inclusion of deaf students, enabling equitable access to information and knowledge. This article aims to analyze the role of the Libras interpreter in education, highlighting the challenges faced in their practice, the importance of linguistic proficiency in both languages — Libras and Portuguese — and the ethical commitment that underlies communicative mediation. Through a theoretical and historical reflection, the paper discusses the interpreter's role not only as a translator but also as an agent of inclusion and social transformation.

Keywords: Inclusive education. Libras interpreter. Deafness. Accessibility. Language.

¹Professora de Educação Especial / Psicopedagoga pela Universidade Católica de Santos.

RESUMEN: La educación inclusiva constituye un principio fundamental para la construcción de una sociedad más justa y equitativa, basada en los derechos humanos y en la valoración de la diversidad. En este contexto, la actuación del intérprete de Libras surge como un elemento central para la inclusión efectiva de los estudiantes sordos, permitiendo un acceso equitativo a la información y al conocimiento. Este artículo tiene como objetivo analizar la función del intérprete de Libras en la educación, destacando los desafíos enfrentados en su práctica, la importancia del dominio lingüístico en ambas lenguas —Libras y Portugués— y el compromiso ético que permea la mediación comunicativa. A partir de una reflexión teórica e histórica, se discute el papel de este profesional no solo como traductor, sino también como agente de inclusión y transformación social.

Palabras clave: Educación inclusiva. Intérprete de Libras. Sordera. Accesibilidad. Lenguaje.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um tema de relevância incontestável no cenário educacional, uma vez que está intrinsecamente vinculada à promoção dos direitos humanos e à efetivação de uma educação de qualidade, equitativa e acessível a todos. O direito das pessoas com deficiência (PCDs) ao pleno acesso à educação é amparado por legislações e políticas públicas que visam assegurar a inclusão social e o respeito aos seus direitos fundamentais. Contudo, a concretização dessas medidas ainda enfrenta desafios expressivos, como a

2594

necessidade de adequação dos espaços escolares e da formação continuada dos profissionais da educação, evidenciando a importância de um enfoque abrangente que adote os direitos humanos como princípio norteador.

Compreender o papel do intérprete de Libras nesse cenário exige um olhar atento à trajetória histórica da educação de surdos, às mudanças de paradigma e às conquistas legais que moldaram o campo da acessibilidade linguística no Brasil. Mais do que um mediador de fala e sinal, o intérprete atua como elo entre dois mundos linguísticos e culturais, assumindo uma responsabilidade que transcende o simples ato de traduzir: a de tornar possível a comunicação, a aprendizagem e a inclusão efetiva.

Assim, este artigo propõe analisar a função do intérprete de Libras na educação, refletindo sobre os aspectos históricos, legais, linguísticos e éticos que envolvem sua atuação, e destacando a importância de seu preparo técnico e humano para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

1. Contexto Histórico, Legal e Teórico da Educação Inclusiva e da Atuação do Intérprete de Libras

Para compreender a função do intérprete de Libras na atualidade, é necessário retornar às origens da educação inclusiva e observar o percurso histórico das pessoas com deficiência, especialmente das pessoas surdas. Desde a Antiguidade, a deficiência era associada a crenças espirituais ou demonológicas, o que resultava em práticas de exclusão e marginalização. Durante a Idade Média, sob forte influência da Igreja, predominava a ideia de que a deficiência era um castigo divino — e o nascimento de uma criança com deficiência era visto como maldição.

Somente com o Renascimento, impulsionado pelos avanços científicos, surge uma visão mais racional e médica, que deu início à compreensão patológica da deficiência. Ainda assim, os surdos continuavam à margem, considerados incapazes de aprender. O monge beneditino Pedro Ponce de León (1520–1584) foi um dos primeiros educadores a desafiar essa crença, ensinando jovens surdos a ler, escrever e compreender o mundo — marco que inaugurou uma nova etapa na educação de surdos.

No século XIX, com o surgimento do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), fundado em 1857 por iniciativa do imperador Dom Pedro II e do professor surdo francês Ernest Huet, o Brasil deu um passo decisivo no reconhecimento da língua de sinais. Entretanto, o predomínio do oralismo — método que buscava “curar” o surdo pela fala — atrasou a legitimação da Libras como língua plena. 2595

Somente a partir da Constituição Federal de 1988, dos movimentos sociais surdos e, posteriormente, com a promulgação da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005, é que a Libras foi oficialmente reconhecida como meio legal de comunicação e expressão. Esses marcos consolidaram também o papel do intérprete de Libras como agente essencial da acessibilidade linguística no ambiente educacional, garantindo o direito à comunicação e à aprendizagem em língua própria.

Do ponto de vista teórico, a educação inclusiva repousa sobre princípios da pedagogia da diversidade (MANTOAN, 2003) e dos direitos humanos, valorizando a diferença como expressão da pluralidade humana. Já a atuação do intérprete encontra respaldo na teoria sociocultural de Vygotsky (1989), ao considerar a mediação como elemento fundamental no processo de construção do conhecimento — e, nesse sentido, a interpretação em Libras assume papel cognitivo e social decisivo.

2. Revisão de Literatura

Diversos autores têm se debruçado sobre a importância do intérprete de Libras na construção de uma educação inclusiva. Quadros (2004) descreve o intérprete como mediador linguístico e cultural, cujo papel vai além da tradução literal, exigindo sensibilidade e domínio das nuances das duas línguas. Strobel (2008) complementa ao afirmar que o intérprete é elemento essencial na construção da identidade surda e na valorização da Libras como língua legítima de instrução.

Lacerda (2010) discute a necessidade de compreender a atuação do intérprete dentro do contexto pedagógico, destacando a importância da parceria com os professores e da compreensão dos objetivos educacionais. Para Perlin e Strobel (2014), a acessibilidade linguística é um direito humano, e o intérprete atua como agente de justiça social ao possibilitar o acesso à comunicação em todos os níveis educacionais.

Essas produções reforçam que o intérprete educacional deve unir competência linguística, ética e sensibilidade pedagógica, sendo um dos pilares para o sucesso da educação bilíngue e inclusiva.

3. METODOLOGIA

2596

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórica e reflexiva, baseada em pesquisa bibliográfica. Foram analisados documentos legais — como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 — e produções acadêmicas relevantes sobre a atuação do intérprete de Libras, acessibilidade e inclusão educacional.

A escolha dessa metodologia justifica-se pela necessidade de compreender o papel do intérprete sob uma perspectiva crítica e interdisciplinar, articulando aspectos linguísticos, educacionais e éticos. A análise dos autores clássicos e contemporâneos permitiu a construção de uma reflexão consistente e fundamentada sobre a importância dessa atuação na prática educacional.

4. Desafios da Atuação do Intérprete de Libras no Contexto Educacional

O intérprete educacional atua como mediador entre o discurso do professor e o aluno surdo, viabilizando a compreensão dos conteúdos e a interação social em sala de aula. Contudo, sua prática é permeada por desafios que envolvem tanto a formação quanto as condições de trabalho e reconhecimento profissional.

Durante muitos anos, a atuação do intérprete de Libras no Brasil ocorreu de forma empírica, baseada no voluntariado, dado por familiares de surdos, religiosos, ou simpatizantes que por meio do convívio com a comunidade surda desenvolvia a comunicação e proporcionava a intermediação do surdo com a sociedade, no entanto, tal atuação se dava de maneira informal, sem formação acadêmica específica que padronizasse o perfil de atuação, bem como os aspectos linguísticos intrínsecos ao fazer a comunicação por Libras.

Somente após o Decreto nº 5.626/2005 foram estabelecidos os parâmetros de formação e competência para esse profissional, reconhecendo a necessidade de capacitação bilíngue e ética.

Entre os principais desafios da atuação profissional destacam-se:

A falta de formação sólida e continuada, especialmente em linguística aplicada, ética e tradução educacional;

A ausência de integração entre o intérprete e o corpo docente, o que compromete a adaptação metodológica e curricular;

A sobrecarga emocional e cognitiva, decorrente da necessidade de interpretar conceitos complexos, terminologias específicas e interações espontâneas em tempo real;

A invisibilidade profissional, frequentemente reduzido à função técnica, sem reconhecimento como sujeito pedagógico.

2597

Esses aspectos evidenciam que o intérprete não é apenas transmissor de informações, mas parte integrante do processo educativo. É fundamental que os intérpretes educacionais tenham a ampla compreensão da responsabilidade e grandiosidade da sua função, bem como todos os personagens da comunidade escolar. O papel do IE exige conhecimento e sensibilidade cultural, domínio das línguas envolvidas e compromisso ético com a fidelidade da mensagem e com o desenvolvimento do estudante surdo.

5. A Importância do Domínio Linguístico e o Compromisso Ético na Interpretação

A interpretação de Libras exige mais do que fluência manual: requer domínio profundo da estrutura das duas línguas em diálogo — a Libras e a Língua Portuguesa —, bem como consciência linguística, cultural e pedagógica. O intérprete que desconhece as sutilezas gramaticais do português corre o risco de comprometer a clareza e a precisão da tradução, afetando diretamente a aprendizagem do aluno surdo.

Segundo o Decreto nº 5.626/2005, “a atuação do tradutor e intérprete de Libras deve assegurar a fidedignidade da mensagem, respeitando a cultura e as particularidades linguísticas da comunidade surda” (BRASIL, 2005, p. 12).

Tal diretriz reforça a dimensão ética e técnica que sustenta a prática desse profissional no ambiente educacional.

Diante disso, a ética é um eixo inegociável. Interpretar é, antes de tudo, um ato de responsabilidade — um compromisso com a verdade do discurso, com a neutralidade e com a dignidade do sujeito surdo. Como lembra Quadros (2004), “o intérprete é a ponte que se constrói em silêncio, mas que sustenta o peso da compreensão mútua”.

O intérprete educacional precisa, portanto, cultivar o estudo contínuo, aprimorar sua competência linguística e refletir sobre o impacto de sua atuação. Ele não é mero espectador, mas participe do processo de ensino-aprendizagem, um colaborador ativo na construção de uma escola que fala — e sinaliza — com todos.

Desta forma, o intérprete necessita ter amplo conhecimento, ter familiaridade com todo tipo de texto (literatura, jornalístico, publicitário, cartas, entre outros), variando autores, épocas, propósitos, terminologias pertinentes a cada área a que vai se dedicar, como bagagem obrigatória para exercer com qualidade sua função (Lacerda., 2019).

6. A mediação pedagógica e a construção do conhecimento

A presença do intérprete de Libras em sala de aula perpassa a função técnica da tradução e assume um papel fundamental no processo pedagógico. A partir da perspectiva sociocultural de Vygotsky (1989), compreende-se que o conhecimento se constrói na interação mediada — seja por instrumentos, signos ou sujeitos. Nesse sentido, o intérprete atua como mediador simbólico, tornando o discurso acessível e colaborando para que o estudante surdo participe ativamente das trocas cognitivas que constituem o processo de aprendizado.

A tradução educacional, portanto, não se limita à transposição linguística; ela envolve compreender o contexto didático, o nível de desenvolvimento do aluno e as intenções comunicativas do professor. Essa mediação requer sensibilidade e conhecimento pedagógico, pois o intérprete precisa ajustar a mensagem sem alterar seu conteúdo, garantindo que o sentido e o propósito da fala sejam mantidos.

Além disso, o intérprete é parte integrante da equipe escolar. Seu envolvimento no planejamento das aulas, nas avaliações e nos momentos de interação social são primordiais, pois

amplia a efetividade da inclusão e fortalece o vínculo entre escola e comunidade surda. Assim, sua atuação não se resume ao ato de sinalizar, mas à arte de traduzir o mundo — tornando a palavra viva também nas mãos.

Segundo Lacerda (2019) A mediação promove a incorporação do indivíduo ao meio social e, como consequência, a apropriação desse. Os sinais provenientes do meio social são captados pelos indivíduos (por órgãos perceptuais, pela cognição, pela atenção, entre outros). Logo, o sujeito é participante de um grupo, não pelo fato de nascer, em sua compreensão física, mas — também — quando passa a fazer parte, quando há o pertencimento de uma realidade histórica e de uma produtividade cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do intérprete de Libras na educação representa uma conquista histórica e simbólica na luta por equidade e acessibilidade. Contudo, sua atuação ainda carece de reconhecimento e valorização compatíveis com sua relevância social e pedagógica.

Este profissional assume um papel de extrema responsabilidade: garantir que a palavra dita chegue ao outro com sentido, emoção e fidelidade. Seu trabalho é, simultaneamente, técnico, humano e espiritual — pois é um ato de servir à compreensão, de fazer pontes entre mundos linguísticos e culturais.

2599

Refletir sobre a função do intérprete é, em última instância, refletir sobre o próprio sentido da educação: o de libertar, comunicar e humanizar. Que o olhar sobre este profissional se amplie, e que a formação de intérpretes cada vez mais competentes e conscientes fortaleça o ideal de uma educação verdadeiramente inclusiva e justa.

Pensar no intérprete de Libras educacional é pensar a própria essência da educação inclusiva: um encontro entre mundos, realidades e possibilidades, um gesto que traduz não apenas palavras, mas intenções e afetos. É reconhecer que toda comunicação é um ato ético, e toda tradução, um exercício de amor e alteridade. Que as mãos que traduzem também ensinam — com delicadeza, paciência e perseverança — que compreender o outro é o mais nobre caminho da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Diário Oficial da União, Brasília, 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.

LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de Libras em sala de aula: mediação e práticas pedagógicas. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

LACERDA, C. B. F. de. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

PERLIN, G.; STROBEL, K. O papel do intérprete de Libras na construção da educação bilíngue. Florianópolis: UFSC, 2014.

QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989.